
 Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo	 INSTITUTO ÁGUA E TERRA Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	Licença de Operação Nº 37224 Validade 12/09/2030 Protocolo 224925689
--	---	--

O Instituto Água e Terra - IAT, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 224925689, expede a presente Licença de Operação à:

01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO

Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física RZA LOCACOES E TERRAPLANAGENS LTDA			
C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física 05748609000167		Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física 9092498309	
Endereço R PRINCESA ISABEL			
Bairro CENTRO	Município Realeza	UF PR	Cep 85770000

02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO



Empreendimento EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE BASALTO	
Tipo de empreendimento/atividade EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE BASALTO	
Endereço LINHA ÁGUA PRETA	Bairro *****
Município Ampére	Cep 85770000
Corpo Hídrico do Entorno Iguaçu	Bacia Hidrográfica Iguaçu
Destino do Esgoto Sanitário *****	Destino do Efluente Final *****

03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO

- Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.
- Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.
- Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.
- Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível

Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento

- Trata-se pedido de Licença Operação (LO), protocolo nº 22.492.568-9, para a atividade de Empreendimento Minerário - Extração basalto, em favor de Rza Locações e Terraplanagem LTDA, CNPJ: 05.748.609/0001-67, situado em Lote 02 Gleba 14-AM - Linha Água Preta - zona rural - Ampére/PR. Coordenadas de apoio: Zona 22J - Longitude UTM 246444 m E, Latitude UTM 7139015 m S.
- O presente licenciamento trata-se de exploração de basalto e está vinculado ao processo minerário da ANM nº 48069.826203/2022-84, o qual possui declaração de prioridade. Frentes de lavra licenciadas para seguintes coordenadas: 1- 246444 m E; 7139015 m S Zona 22J;
- Conforme termo de responsabilidade, o responsável legal pelo empreendimento é o Sr. Verlei Zilio, CPF: 017.882.359-75. Os responsáveis técnicos são as Engenheiras Ediane Cristina Daleffe Scalabrin e Francieli Franco do Prado, CPFs 051.618.809-70 e 055.809.639-55, respectivamente.
- A presente licença ambiental simplificada foi emitida de acordo com o que estabelece o artigo 3º, inciso IV da Resolução CEMA nº 107 de 17/09/2020, e está condicionada à inexistência de passivos ambientais relativos ao imóvel, ao empreendedor ou ao empreendimento, tais como débitos ambientais, descumprimento de termos de compromisso ou de termos de ajustamento de conduta, descumprimento de medidas de proteção ambiental previstas em licenciamento e em outras normativas e ausência de remediação, descontaminação e recuperação ambiental;
- Este licenciamento diz respeito somente e tão somente às descrições acima, devendo o favorecido atender os itens abaixo relacionados.
- Não está autorizada a supressão de vegetação nativa;
- A altura das bancadas e largura das bermas deverão garantir a estabilidade geotécnica da encosta. O ângulo de talude deverá ser definido em projeto, de modo a garantir a estabilidade das bancadas;

 Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo	 Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	Licença de Operação Nº 37224 Validade 12/09/2030 Protocolo 224925689
<p>- Deverão ser implantados canais de drenagem na crista e no pé dos taludes, de modo a serem evitados os processos erosivos e de escorregamentos. Quando for o caso, as águas provenientes do sistema de drenagem deverão ser direcionadas para bacias de decantação, que deverão ser limpas periodicamente para manutenção de sua eficiência;</p> <p>- Deverá ser mantida uma distância de no mínimo 5 (cinco) metros entre o pit final de lavra e os limites do empreendimento;</p> <p>- O material estéril removido deverá ser depositado de forma planejada, mantendo a estabilidade geotécnica da área. Sendo permitida a deposição em áreas protegidas por lei, bem como no interior de corpos ou cursos d'água e áreas de nascente;</p> <p>- Ao término dos trabalhos de lavra, toda a área de extração deverá ser adequadamente recuperada, com o pit final apresentando bancadas com alturas e inclinações dos taludes que possibilitem uma recuperação ambiental da área minerada;</p> <p>- Deverão ser utilizadas placas de sinalização de advertência e promovido o isolamento físico da área, para inibir o acesso de terceiros até o empreendimento. As vias de acesso ao empreendimento, bem como aquelas internas e pátios de manobras, deverão, sempre que necessário, ser umidificadas;</p> <p>- Nas pilhas de estocagem de minério deverão ser adotadas técnicas adequadas que impeçam o escoamento do material, direta ou indiretamente, em direção aos corpos d'água da região, quando for o caso;</p> <p>- Onde se fizer necessário, o empreendimento deverá contar com cortinas vegetais, para a minimização do impacto visual e a propagação de poeiras e ruídos, quando for o caso;</p> <p>- Nos casos de existência de oficina mecânica, rampa para lavagem e troca de óleo dos veículos e equipamentos, tanque de estocagem de combustíveis, dentre outros, deverão ser implantadas, na área do empreendimento, Caixas Separadoras de Água e Óleo (CSAO), observando o disposto na Resolução CONAMA 430 de 13 de maio de 2011 e na NBR 14063/1998, cujos resíduos oriundos da limpeza devem ser destinados como resíduos Classe I, quando for o caso;</p> <p>- Existindo área de armazenamento de combustíveis e semelhantes, deve possuir cobertura e encontrar-se devidamente sinalizada. O tanque de armazenamento de óleo diesel deve atender às normas de segurança, possuir caixa de contenção estanque e com volume superior ao produto estocado, com piso impermeável na área de abastecimento, dotado de canaletas periféricas direcionadas para Caixas Separadoras de Água e Óleo (CSAO), quando for o caso;</p> <p>- Os restos de materiais e equipamentos considerados como inservíveis, bem como aqueles previstos de reutilização, deverão ser estocados em local adequado e protegido contra intempéries;</p> <p>- Deverá ser elaborado, implementados e mantidos atualizado Plano de Emergência e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, em conformidade com as especificações do Anexo IV da res. SEDEST 002/2020;</p> <p>- Atender rigorosamente aos documentos e projetos de engenharia apresentados pelo requerente, componentes do processo administrativo e, caso houver alterações, comunicar previamente a este instituto;</p> <p>- O efetivo início das atividades somente estará autorizado após a obtenção da portaria de lavra em nome do requerente (titular da licença), a ser obtida junto à ANM;</p> <p>- Fica proibida qualquer intervenção em áreas de Reserva Legal (RL) e de Preservação Permanente (APP);</p> <p>- Fica proibida a disposição inadequada de qualquer tipo de resíduo, assim como, a sua queima;</p> <p>- É de inteira responsabilidade do requerente e de seus representantes legais a vedação do terreno e a adoção de medidas de segurança de forma a evitar despejos clandestinos de resíduos no local;</p> <p>- O não cumprimento à Legislação Ambiental vigente sujeitará o empreendedor e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal n. 9.605/98, regulamentada pelo Decreto Federal n. 6.514/08;</p> <p>- Esta Licença Ambiental não dispensa tampouco substitui quaisquer outros documentos, tais como: alvarás, licenças e/ou certidões de qualquer natureza a que eventualmente o empreendimento esteja sujeito, exigidos tanto pelo poder público municipal, estadual ou federal;</p> <p>- Caso haja necessidade, o Instituto Água e Terra solicitará, a qualquer momento, outros documentos e/ou informações complementares do requerente ou de outras instituições envolvidas no licenciamento ambiental em questão, assim como anotação ou registro de responsabilidade técnica pela implantação e conclusão de eventuais estudos ambientais;</p> <p>- A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme disposto no artigo 7º parágrafo 2º do Decreto Estadual n. 857/97;</p> <p>- A presente licença foi emitida com base em informações, documentos e projetos apresentados a este Instituto Água e Terra, que são de inteira responsabilidade do empreendedor e dos profissionais elaboradores;</p> <p>- A presente Licença Ambiental poderá ser suspensa, se constatada a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais vigentes, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua emissão, superveniência de graves riscos ambientais e de saúde, conforme o disposto no artigo 19 da Resolução CONAMA n. 237/97;</p> <p>- A presente Licença Ambiental diz respeito apenas às questões ambientais do empreendimento, não se refere a aspectos de segurança, funcionalidade, tão pouco a questões estruturais do empreendimento. O aproveitamento dos bens minerais deverá ainda seguir as diretrizes estabelecidas pela ANM;</p>		

Impressa: 12/09/2024 16:15:48

Página: 2 de 3



Secretaria de Desenvolvimento
Sustentável e Turismo



Instituto Água e Terra
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

Licença de Operação

Nº 37224

Validade 12/09/2030

Protocolo 224925689

- Fica proibida quaisquer intervenções diretas em propriedades/matrículas de terceiros, sem prévia anuência dos mesmos;

Download realizado por Eduardo Guilherme Kaczan Heberle
CPF XXX.795.999-XX em 12/09/2024 16:27

Local e data

Francisco Beltrão, 12 de setembro de 2024

O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.

Carimbo e assinatura do representante do IAP

Zelio Casa
Gerente Regional de Bacia Hidrográfica
IAT - ERBEL